

BELMAN MANUTENÇÃO, REFORMA E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES LTDA

CNPJ: 09.005.622/0001-87


PRIMEIRA ALTERAÇÃO E INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Os infra-assinados **ILBERTO JOSÉ KRETZER**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Biguaçu, Neste Estado, a Rua Francisco Roberto da Silva, 523 – Rio Caveiras – CEP 88.160-000, inscrito no CPF sob nº 803.082.109-30, portador da Cédula de Identidade nº 1/R 2.589.535 expedida pela SSP/SC em 04/11/1987, **GEOVÂNIO BERNDT**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Florianópolis, Neste Estado, a Servidão Dorval Manoel Bento, 240 – Córrego Grande – CEP 88.037-410, inscrito no CPF sob nº 551.287.699-68, portador da Cédula de Identidade nº 1.576.288-2 expedida pela SSP/SC em 25/02/2004, por este e na melhor forma de direito, em consonância, com o que determina o art. 2.031 da Lei 10.406/02, sócios da empresa **BELMAN MANUTENÇÃO, REFORMA E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES LTDA**, estabelecida com sede em Biguaçu, Neste Estado, a Rua Prefeito Paulo Frederico A. Wildner, 340 – Centro – CEP 88160-000, inscrita no CNPJ sob nº 09.005.622/0001-87, cujo ato constitutivo se encontra arquivado na MM Junta Comercial de Santa Catarina sob nº 42203971277 por despacho em 17/08/2007, resolvem alterar e consolidar seu Contrato Social, que passará a reger-se pelo que está contido nas cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I

Da alteração dos sócios

PRIMEIRA - O sócio **Geovanio Berndt**, já qualificado, e possuidor de 30.000,00 (Trinta Mil) quotas sócias, sendo que vende em moeda corrente, neste ato ao Sr. **Ilberto José Kretzer**, já qualificado, a quantia de 29.400 (Vinte e Nove Mil e Quatrocentas) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalizando R\$ 29.400,00 (Vinte e Nove Mil e Quatrocentos Reais), o saldo que é 600 (Seiscentas) quotas, será



vendida ao Sr. **Ademiro Antônio Kretzer**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Biguaçu, Neste Estado, Rodovia SC 408, s/n – Santa Catarina – CEP 88160-000, inscrito no CPF sob nº 033.123.119-04, portador da Cédula de Identidade nº 705.191 expedida pela SSP/SC em 14/03/2006, pela quantia de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) em moeda corrente, neste ato.

O capital social que é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) ficara assim distribuído e integralizado:

a) Ilberto José Kretzer.....	59.400 quotas.....	R\$ 59.400,00
b) Ademiro Antônio Kretzer.....	600 quotas.....	R\$ 600,00
Total.....	60.000 quotas.....	R\$ 60.000,00

§ 1º - Os sócios que se retiram da sociedade declaram ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar a qualquer tempo ou título.

§ 2º - Os sócios aqui admitidos declaram conhecer a atual situação econômica-financeira da empresa, assumindo desde já todo o passivo e ativo da mesma.

CAPÍTULO II

Da alteração do objeto social

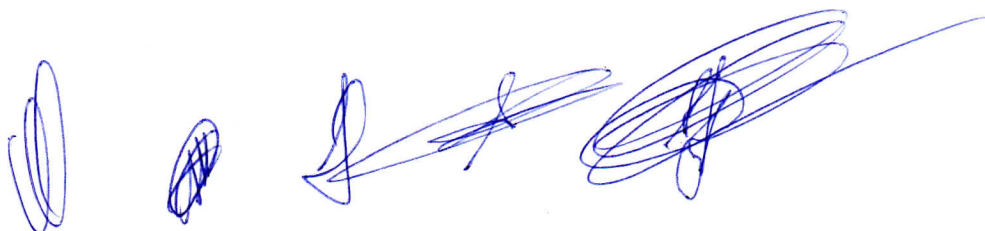
SEGUNDA - A sociedade passara a ter como objeto social: Manutenção, reforma e comércio de Transformadores, reguladores, disjuntores, motores de média e baixa tensão e outros equipamentos elétricos e suas manutenções, ensaio laboratorial de equipamentos elétricos, de média e baixa tensão.

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, objeto, sede e prazo de duração.

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação: **BELMAN MANUTENÇÃO, REFORMA E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES LTDA** e terá como título do estabelecimento: **BELMAN TRANSFORMADORES**.



SEGUNDA – O objeto da sociedade será: Manutenção, reforma e comércio de Transformadores, reguladores, disjuntores, motores de média e baixa tensão e outros equipamentos elétricos e suas manutenções, ensaio laboratorial de equipamentos elétricos, de média e baixa tensão.

TERCEIRA - A sociedade terá sua sede na cidade de Biguaçu, Neste Estado, a Rua Prefeito Paulo Frederico A. Wildner, 340 – Centro – CEP 88160-000.

QUARTA - A sociedade inicia suas atividades em 20 de Agosto de 2007, terá duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Quotas

QUINTA – O capital social que é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), constituído de 60.000 (Sessenta Mil) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalizando R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) que será integralizado da seguinte forma:

a) O sócio **Ilberto José Kretzer**, subscreve 59.400 (Cinquenta e Nove Mil e Quatrocentas) quotas sociais, no valor total de R\$ 59.400,00 (Cinquenta e Nove Mil e Quatrocentos Reais) já integralizados em moeda corrente nacional.

b) O sócio **Ademiro Antônio Kretzer**, subscreve 600 (Seiscentas) quotas sociais, no valor total de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) já integralizados em moeda corrente nacional.

O capital social que é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) ficara assim distribuído e integralizado:

a) Ilberto José Kretzer.....	59.400 quotas.....	R\$ 59.400,00
b) Ademiro Antônio Kretzer.....	600 quotas.....	R\$ 600,00
Total.....	60.000 quotas.....	R\$ 60.000,00



§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

SEXTA: O sócio participa dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

CAPÍTULO III Da Administração

SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida, pelo sócio **Ilberto José Kretzer**, que representara a sociedade em juízo ou fora dela, podendo praticar os atos necessários para o bom desempenho de suas funções e consecução dos fins sociais, *assinando isoladamente*.

§ 1º O administrador possui poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade.

§ 2º O administrador receberá um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.



§ 3º É vedado o administrador fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - O administrador respondera solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

OITAVA – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, a administradora esta obrigada a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CAPÍTULO IV Das Reuniões

NONA – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Five handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally. The first is a large, loopy oval. The second is a small, stylized 'X' or 'K' shape. The third is a simple, elongated stroke. The fourth is a more complex, flowing signature. The fifth is a large, circular signature with a horizontal line through it.

§ 5º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

CAPÍTULO V

Das Deliberações dos Sócios

DÉCIMA – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:


- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de recuperação fiscal.

DÉCIMA PRIMEIRA:

§ 1º – As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras “e” e “f”;

II – pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras “b”, “c”, “d” e “h”;



III – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

DÉCIMA SEGUNDA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

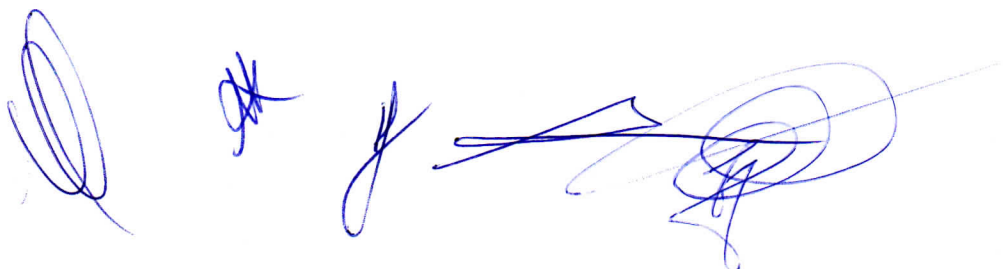
PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA TERCEIRA - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA QUARTA - Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão



pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

DÉCIMA QUINTA - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VII

Do Exercício Social

DÉCIMA SEXTA - O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de Dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;



§ 2º - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- b) designar administradores, quando for o caso;
- c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

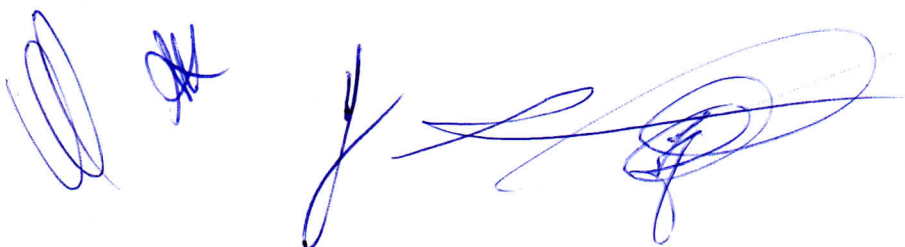
DÉCIMA SÉTIMA: O administrador da sociedade devera ter no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

§ 1º – Declara o sócio administrador, **Ilberto José Kretzer**, sob as penas da lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por me encontrar, sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**).

§ 2º - Os sócios declaram formalmente não estarem incursos nos crimes previstos na Lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

DÉCIMA OITAVA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/2002 – Código Civil.

DÉCIMA NONA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Biguaçu, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.



VIGÉSSIMA: Revogam-se todas as disposições contrárias no instrumento contratual primitivo e suas posteriores alterações, passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais.

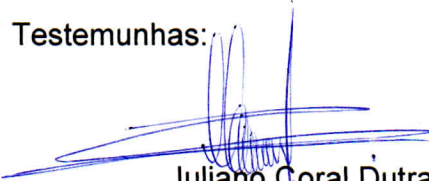
Biguaçu/SC, 25 de Junho de 2008.

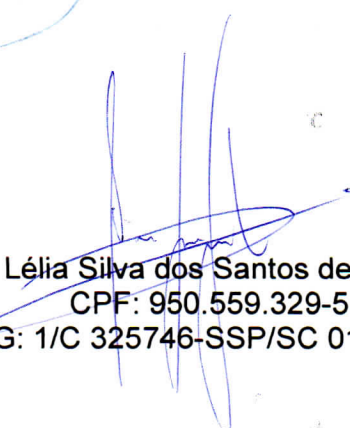

Ilberto José Kretzer


Ademiro Antônio Kretzer


Geovanio Berndt

Testemunhas:


Juliano Coral Dutra
CPF: 005.289.259-03
RG: 3.424-946 SSP/SC 22/10/1992


Lélia Silva dos Santos de Faria
CPF: 950.559.329-53
RG: 1/C 325746-SSP/SC 01/07/1991

